



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL – ICHPO/UFU
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LICENCIATURA E BACHARELADO**

BALTAZAR SIQUEIRA MACEDO

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: contribuições no ensino
de Geografia**

**ITUIUTABA
2024**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL- ICHPO/UFU
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LICENCIATURA E BACHARELADO**



**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: contribuições no ensino de
Geografia**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Geografia – Licenciatura e Bacharelado do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel e licenciado em Geografia.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Gerusa Gonçalves Moura.

ITUIUTABA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M142 Macêdo, Baltazar Siqueira, 1972-
2024 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS [recurso eletrônico]
: contribuições no ensino de Geografia / Baltazar
Siqueira Macêdo. - 2024.

Orientadora: Geresa Gonçalves Moura. Gonçalves Moura..
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Moura., Geresa Gonçalves Moura.
Gonçalves, 1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2: Gizele

Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

BANCA EXAMINADORA

**Sala de Recursos Multifuncionais: contribuições no ensino de
Geografia**

Prof^a. Dr^a. Gerusa Gonçalves Moura (Orientadora – ICHPO/UFU)

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela (ICHPO/UFU)

Prof^a. Dr^a. Jeane Medeiros Silva (ICHPO/UFU)

Data: 22/04/2024

Resultado: Aprovado

RESUMO

A Sala de Recursos Multifuncionais é uma realidade nas escolas hoje, sendo um dos mecanismos considerados importantes para promover a inclusão dos alunos com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é compreender os principais desafios enfrentados pelo professor do Atendimento Educacional Especializado, focando nos materiais adaptados, bem como no conhecimento geográfico na Sala de Recurso Multifuncional (SRM). Assim, visando demonstrar que a escola tem papel fundamental na aprendizagem e facilitação da inclusão, com materiais didáticos adaptados, cursos de formação continuada e capacitação aos educadores. Portanto, a inclusão passa a ser um desafio tanto para a escola quanto para todos os profissionais que atuam no ambiente escolar. Dessa forma, a pesquisa será de natureza qualitativa, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo, neste último a pesquisa foram realizadas em quatro escolas, onde foram aplicados questionários aos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais. O resultado obtido na pesquisa deste trabalho evidencia as dificuldades dos professores em ter recursos e materiais pedagógicos à sua disposição para adaptação, bem como a falta de integração e diálogo entre o professor da Sala de Recursos Multifuncionais e os demais docentes.

Palavras chaves: Sala de Recursos Multifuncionais, Geografia, Inclusão Escolar, Professor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola A, 2023	33
Figura 2 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola A, 2023	33
Figura 3 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola B, 2023	34
Figura 4 – Ituiutaba (MG): maquete feita de material reciclável, uma simulação de uma barragem de végetos, Sala de Recursos da Escola C, 2023	35
Figura 5 – Ituiutaba (MG): computador na Sala de Recursos da Escola C, 2023	35
Figura 6 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola D, 2023	36

Listas de Gráficos

Gráfico 1 – Ituiutaba/MG: tempo de trabalho do professor no Atendimento Educacional Especializado, 2023	26
Gráfico 2 – Ituiutaba/MG: estratégias e soluções utilizadas pelos professores participantes para superar a escassez de material geográfico adequado na SRM, 2023	30
Gráfico 3 – Ituiutaba/MG: melhorias deveriam ser feitas para facilitar o acesso a materiais geográficos adaptados segundo os professores participantes, 2023.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL E A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	13
CAPÍTULO 2: AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A IMPORTÂNCIA DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES	18
CAPÍTULO 3: A GEOGRAFIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: a Sala de Recursos Multifuncionais como apoio para o ensino de Geografia	24
3.1: O AEE em Ituiutaba/MG: conhecendo a realidade a partir do estudo de caso em escolas públicas estaduais.	26
3.2: Conhecendo as Salas de Recursos Multifuncionais das escolas	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERENCIAS.....	41
APÊNDICES.....	44

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade a conclusão do curso de graduação em Geografia, como parte de finalização do curso, o TCC. A escolha do referido tema/objeto se refere ao fato de ser um tema que está inserido no dia a dia das escolas estaduais, a oferta do atendimento especializado para os alunos da Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) a partir da Sala de Recursos Multifuncionais. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é conhecer o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em escolas da rede pública de ensino de Ituiutaba/MG e sua contribuição no ensino da Geografia.

E os objetivos específicos são: a) Verificar a estrutura física e os recursos didáticos presentes nas Salas de Recurso Multifuncionais; b) Averiguar como é a prática do professor no atendimento dentro das Salas de Recursos Multifuncionais; c) Identificar como tem sido a preparação dos professores para adaptar o material didático geográfico no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os obstáculos enfrentados.

O tema escolhido foram motivos de reflexões, ao qual, instigou-me a trazer a problemática para esta discussão. Será que de fato as escolas estão atendendo os alunos com necessidades especiais conforme previsto na legislação? Como estão sendo desenvolvidos os conteúdos de geografia nas Salas de Recursos Multifuncionais?

É pertinente destacar que a sociedade está em processo contínuo de mudanças e que a educação especial, uma modalidade de ensino inserida no meio social, é um tema importante para se pensar as ações da escola na realidade atual. Na área específica, tanto o professor de Geografia como o professor da Sala de Recursos Multifuncionais enfrentam desafios devido à falta de formação e conhecimento específicos para lidar com as diferenças de aprendizagem que existem dentro do mesmo ambiente escolar. Assim, há interesse pela pesquisa, mas sabemos que seu resultado não é singular, tampouco oferece resposta única e sim, está aberto a novas discussões.

Destaca-se que em 1994, a Declaração de Salamanca se destaca como um documento importante da Educação Especial e Inclusiva, pois a terminologia

"necessidades educacionais especiais", agrupando tanto as crianças com dificuldades no processo de escolarização quanto as pessoas com deficiência, aparece pela primeira vez no cenário brasileiro.

A inclusão define, assim, a necessidade de reformulação das estruturas curriculares, da formação de professores, dos sistemas de avaliação e, especialmente, das novas formas de compreender o processo de ensino e aprendizagem. Isso ocorre porque todos os alunos estão dentro do mesmo sistema de ensino regular, ou seja, da mesma sala de aula. Isso implica uma mudança no sistema educacional, onde todos têm o direito ao aprendizado, inclusive aqueles com dificuldades de aprendizagem, pobres, negros, índigenas, pessoas com deficiências etc. A escola é quem deve adaptar-se às necessidades de cada aluno, oferecendo-lhes projetos alternativos e diferenciados de acordo com a necessidade específica de cada indivíduo.

Sendo assim, entendemos que é de suma importância construir a identidade da educação inclusiva, concretizando-a na prática escolar, no projeto político-pedagógico e na formação do professor, pois é neste espaço que se efetiva o ensinar e o aprender. As escolas devem priorizar a elaboração de um projeto democrático e de inclusão, garantindo qualidade pedagógica que assegure a integração entre saberes.

Nessa proposta, o professor terá que pensar, caso a caso, qual a melhor forma de trabalhar com o aluno e quais os recursos a serem utilizados para que a construção de sua aprendizagem seja levada a um desfecho. Isso se revelará na singularidade de cada sujeito, no estilo cognitivo de cada aluno. O importante é o investimento que deve haver tanto do professor do AEE quanto do professor regular, apostando que todos os alunos podem aprender, independentemente das dificuldades que possam ter. Portanto, todos os alunos aprendem, juntos ou não, e o professor disponibilizará recursos e estratégias pedagógicas para facilitar seu aprendizado.

Para todo e qualquer aluno, é necessário repensar a organização espacial da escola e da sala de aula. Salas de aula fechadas em si mesmas, organizadas com carteiras em fila, nas quais os alunos não se confrontam e nem mesmo se enxergam frente a frente, não favorecem o aluno a buscar e descobrir que deve permear toda a sua aprendizagem.

As políticas de inclusão esbarram na resistência de muitos educadores com concepções tradicionais e conservadoras, que ainda continuam querendo passar conhecimento. Bem sabemos que no trabalho com alunos público-alvo da educação inclusiva (e com qualquer outro aluno), a aprendizagem significativa perpassa pela construção do conhecimento. Por isso, cabe ao educador a mediação da construção da autonomia e de significados, para que os conteúdos aprendidos em sala de aula tenham importância na vida cotidiana e escolar do aluno.

Na perspectiva da Educação inclusiva, as escolas reúnem os serviços da Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). São esses recursos que precisam ser incorporados à escola na íntegra, pois o aluno tem direito de frequentar o AEE no período oposto às aulas. O sistema público é organizado com salas multifuncionais na própria escola ou em instituições conveniadas, com o objetivo de oferecer recursos de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras, favorecendo a plena participação social e o desenvolvimento da aprendizagem de todo e qualquer aluno.

Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem;

Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (Brasil, 2009, s./p.).

Portanto, para desenvolver este estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica documental e de campo. A pesquisa bibliográfica é o conjunto de produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, ou seja, “[...] é toda literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto” (Ruiz, 1995, p. 58). Contudo, a pesquisa bibliográfica é o passo inicial para a construção efetiva de um protocolo de investigação. Quer dizer, após a escolha de um assunto, é necessário fazer uma

revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como no conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

A abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, já que são apropriados quando o fenômeno em estudo quando se tem o interesse de medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de um público-alvo através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. As pesquisas foram realizadas em quatro Escolas Estaduais da cidade de Ituiutaba/MG.

A escolha destas escolas como locus de pesquisa considerou a grande demanda de alunos com laudos médicos, tendo em vista que, em outras escolas, a sala de SRM foi desativada por falta de laudos médicos para alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme a Resolução SEE/MG, nº 4.256 de 09 de janeiro de 2020, que diz que para a Sala de Recursos Multifuncionais estar ativa deve haver, no mínimo, 8 alunos com laudos médicos.

Aos professores, houve um momento de explicação dos objetivos da pesquisa da metodologia a ser utilizada, bem como a garantia da preservação do anonimato dos depoimentos e a liberdade de recusar a responder quaisquer umas das questões. Foi aplicado um questionário a (6) seis professores da rede estadual de ensino, ao qual se disponibilizou, contendo doze perguntas, utilizando o aplicativo *Google Forms*, ou seja, foi enviado um *link* de acesso do formulário para os professores responderem.

Foram feitas levantamentos e pesquisas de campo, conforme o interesse e objetivo deste trabalho. Escolha de escola conforme a demanda de alunos com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais, tendo como norte as Salas de Recursos Multifuncionais. Produções de materiais fotográficos de todas as salas das escolas mencionadas no trabalho.

Os critérios estabelecidos para definir os sujeitos da pesquisa foram aqueles professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e que estão na rede pública estadual de ensino. A análise e interpretação dos dados são demonstrados nas tabelas e gráficos constantes no capítulo 3 do trabalho.

O trabalho está estruturado em 3 capítulos, no primeiro foi feita uma contextualização histórica da Educação Especial até o surgimento das Salas de AEE.

Já no Capítulo 2 são apresentadas as características das Salas de Recursos no atendimento educacional especializado (AEE) e, por fim, no Capítulo 3, foi tratado como a Geografia é trabalhada a partir da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

CAPÍTULO 1

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Neste capítulo, veremos como as políticas públicas educacionais de educação inclusiva, através da legislação, regularizaram as atividades do Atendimento Educacional Especializado e criaram as Salas de Recursos Multifuncionais para apoiar o ensino nas escolas.

Dentro da política inclusiva estão estabelecidas as Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Educação Especial que, “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Brasil, 2008, p. 16). Com isso, deve-se visar sempre um bom desenvolvimento em todos os aspectos, propiciando, assim, que o aluno se torne mais independente e autônomo.

De acordo com Brasil (2007, p. 2), as Salas de Recursos Multifuncionais foram criadas a partir do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Foram implantadas por meio da Portaria nº 13, estabelecida na mesma data do decreto, que define a Sala de Recursos como “[...] espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos que necessitarem”.

Entretanto, a preocupação com a criação desses espaços especializados surge com o Plano de Metas intitulado "Compromisso Todos pela Educação", contido no mesmo Decreto, que traz em seu artigo 2º, inciso IX, a seguinte proposta: “[...] garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas”.

Portanto, Brasil (2011) coloca que o incentivo definitivo do Estado para que as instituições especializadas realizassem o atendimento educacional especializado veio em 2011, com o Decreto nº 7.611. Neste, as instituições poderiam oferecer apoio

especializado, objetivando eliminar barreiras que obstruem o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para isso, as instituições tiveram que adotar medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizassem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta da inclusão. Papel este que deveria ser feito pelas escolas regulares de ensino, mas que, novamente, foi delegado às instituições privadas especializadas.

O Atendimento Educacional Especializado é definido pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva como:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p. 15).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o suporte oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, levando em consideração as necessidades educacionais específicas desses alunos. Assim, o professor do AEE, conforme a demanda de seu aluno, organizará atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade para facilitar o processo de aprendizagem.

É importante ressaltar que as atividades proporcionadas pelo AEE não se configuram como reforço escolar, uma vez que são distintas daquelas realizadas na sala de aula do ensino regular, conforme mencionado anteriormente. O professor, de forma criativa e inovadora, busca atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno nas áreas em que ele enfrenta mais dificuldades.

Esses novos rumos podem levar essas escolas a se transformarem em centros de atendimento educacional especializado AEE. Essa transformação, no entanto, terá caráter temporário, provisório, porque a tendência é alocar, gradativamente, o AEE nas escolas comuns, como é prescrito nos textos

legais referentes à educação em geral e à educação especial (MANTOAN, 2008, p. 29).

Conforme os elementos apresentados, é interessante observar como se dará a organização do AEE. As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica discorrem acerca dessa organização segundo o Decreto nº 6.571, de 18 de setembro 2008:

- a. Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula dos alunos no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas, cronograma de atendimento dos alunos;
- d. Professor para o exercício do AEE;
- e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum;
- g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE.

Em 2011, o Governo Federal lançou o Decreto nº 7.611, tornando sem efeito o Decreto nº 6.571/2008, sendo que este último fazia previsão de apoio técnico e financeiro para a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais somente na rede pública do ensino regular. Entretanto, o supracitado Decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, que estende para além da rede pública o financiamento das Salas de Recursos Multifuncionais.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, criado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), teve como objetivo apoiar os sistemas de ensino na oferta do AEE, complementar ou suplementar à escolarização, para os alunos com deficiência. Sendo que a suplementação é destinada a oferecer apoio para estudantes com altas habilidades e superdotação, no sentido de adicionar e ampliar conteúdo para o suprimento do currículo escolar. E, na complementação, o objetivo é o de completar a aprendizagem com recurso

pedagógicos para o alcance do conteúdo ministrado em sala comum, na garantia da construção do conhecimento pelo aluno.

O programa Sala de Recursos Multifuncionais recebe este nome por agregar, no espaço pedagógico, mobiliário e equipamentos para a oferta do serviço de AEE, permitindo sua oferta no contraturno. Neste, também, deve possibilitar a formação dos professores que atuam nesse espaço (Brasil, 2008, p. 3).

São atribuições do professor da Sala de Recursos Multifuncionais:

- Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas do aluno; o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos;
- Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
- Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;
- Estabelecer a articulação com os professores das salas de aula e com os demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com áreas intersetoriais;
- Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
- Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas do aluno: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento Educacional Especializado - Atribuições dos profissionais curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores (Brasil, 2008, s./p.)

Mantoan (2003) afirma que, para a proposta de Inclusão Escolar se materializar, é necessário que haja uma modificação da estrutura educacional, que contemple as necessidades de todos os alunos. Neste sentido, a proposta de formação de professores para a Inclusão Escolar deve ir além da mera transposição

de saberes da Educação Especial para o Ensino Regular, algo que nem sempre tem acontecido nas salas de recurso do AEE implantadas.

O Ministério da Educação, por meio de seus Programas de Formação, deve induzir estados, municípios e universidades públicas a construir suas políticas de formação inicial e continuada, objetivando a superação das condições atuais do exercício do trabalho docente. Nesse sentido, as ações e proposições a serem implementadas na construção da política de formação continuada em nível nacional, no âmbito dos programas de formação, deveriam assumir a concepção norteadora, princípios e objetivos construídos pelos educadores e seus movimentos sociais nos últimos 40 anos, muitos dos quais encontram-se materializados nos artigos do Decreto nº 6.755/09.

Vale ressaltar que, no Decreto nº 6.755/09, a construção da política de formação com este caráter passa a ser de responsabilidade do poder público nas esferas municipais, estaduais e federais e, em regime de colaboração e cooperação, articulam-se nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, assegurando os objetivos e princípios da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

CAPÍTULO 2

AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: a importância das adaptações curriculares

As salas de recursos são espaços da escola em que se realiza o atendimento educacional especializado do público alvo da educação especial estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na escola comum. O atendimento em salas de recursos é um serviço educacional de natureza pedagógica, feito por professor especializado, utilizando materiais, equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais dos alunos da escola que apresentam dificuldades de aprendizagem, altas habilidades, relacionadas a algum tipo de deficiência ou não (Sartoretto, 2010).

Chama-se Sala de Recursos Multifuncionais precisamente porque nela se concentram materiais didáticos pedagógicos, equipamentos de informática, Software Comunicação Alternativas, mobiliários, e profissionais aptos a atender, de forma flexível, aos diversos tipos de necessidades educacionais especiais (Sartoretto, 2010). Sartoretto (2008) ainda coloca que o atendimento educacional especializado é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros:

- Identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns.
- Atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum.
- Produzir ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares.
- Acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a

necessidade de eventuais ajustes.

- Orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno.

O AEE é um conjunto de recurso e serviços educacional que propõe estratégias de apoio e suplementação colocadas à disposição dos alunos com deficiências e altas habilidades proporcionando diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada aluno, podendo assim garantir de fato o direito à educação plena e de qualidade (Oliveira, Araújo, 2010).

No espaço escolar, estamos diariamente convivendo com vários desafios para conseguir que cada vez mais crianças e jovens se desenvolvam, tanto no aspecto cognitivo quanto no psicológico, e de que forma podemos lidar com os desafios de integrar esses indivíduos na sociedade.

O atendimento na sala de recursos e as adaptações curriculares para pessoas com dificuldades, tanto motoras, intelectuais, e sensoriais vão ajustar esse currículo para que ele se torne apropriado e verdadeiramente inclusivo, permitindo atender às necessidades educativas de todos os alunos em relação à construção do conhecimento.

Na construção de um currículo e na implementação de suas adaptações, acontecem progressivamente e cuidadosamente, pois o ambiente escolar não está totalmente aberto. Muitas vezes, no início, é trilhado solitariamente para depois conseguir abranger mais pessoas para trilhar esse caminho que, no futuro, traga frutos de uma verdadeira inclusão. No entanto, as adaptações curriculares são indispensáveis, tendo em vista que são os ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, e assim promover o processo de aprendizagem.

Vale ressaltar que todos sabem o quanto é difícil realizar mudanças, principalmente se não houver uma formação adequada para tanto. Ao lidar com essas questões, muitas vezes os professores despreparados se sentem impotentes e frustrados.

Em todas as questões que se referem a currículo de formação de professores, percebemos a tonalidade da incompletude. Não há respostas fechadas quanto a dicotomia entre as perspectivas de inclusão e a manutenção da exclusão diária e contumaz. Ou quanto ao atendimento às classes heterogêneas, via atividades diversificadas. Certamente, não se constrói um currículo de forma apriorística, através de planilhas rígidas e objetivos estereotipados. Ele é vivo, produto de uma construção coletiva, vivenciado no cotidiano da educação. Há muito que fazer, portanto, para que o “fazer pedagógico” dos professores que trabalham com alunos portadores de necessidades educacionais possa ser aperfeiçoado (Oliveira e Abreu, 2003, p. 108).

O próprio currículo de formação de professores deixa a desejar com relação às adaptações curriculares que são necessárias para oferecer um ensino de qualidade a todos. Não deveríamos criar um currículo sem adaptações, pois assim estaríamos acentuando as práticas excludentes, mas sim a criação de uma escola inclusiva, que seja flexível e acolha a todos, oferecendo as adaptações necessárias para todos. Com atenção especial não só aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas também aos que não se enquadram nas normas de desempenho que a escola considera dominante, dando possibilidades a esses alunos de serem realmente incluídos.

E foi pensando na proposta de inclusão escolar e em favorecer a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais que se desenvolveu o conceito de adaptações curriculares, envolvendo tanto as transformações da escola para garantir a acessibilidade aos alunos, quanto as adaptações pedagógicas ou curriculares propriamente ditas (Correia, 2003).

Assim sendo, para que realmente haja essa implementação para as adaptações curriculares, faz-se necessária a predisposição política, e prática pedagógica para essa inclusão, tendo como base o princípio da Educação para Todos em termos de "igualdade de direitos e oportunidades, em um ambiente educacional favorável". As diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, norteadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) e expressas nos demais documentos legais do MEC. As quais enfatizam a importância das práticas inclusivas no cotidiano da escola e a inserção, no projeto político-pedagógico da mesma, de adaptações curriculares - medidas pedagógicas que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

As adaptações curriculares ocorrem em três níveis do planejamento

educacional: o projeto político-pedagógico da escola, o currículo e as mudanças de atitudes individuais da equipe escolar como um todo. As mudanças devem perpassar as barreiras desde as mudanças arquitetônicas até simples adaptações em materiais didáticos, garantindo que o aluno possa frequentar a escola com autonomia, participando das atividades escolares e extracurriculares propostas a todos. E que essas mudanças não venham empobrecer o currículo, permitindo o atendimento das diversidades existentes. Moreira e Baumel (2001, p. 134) afirmam:

As adaptações curriculares não podem correr o risco de produzirem na mesma sala de aula um currículo de segunda categoria, que possa denotar a simplificação ou descontextualização do conhecimento. Com isso, não queremos dizer que o aluno incluído não necessite de adaptações curriculares, de apoios e complementos pedagógicos, de metodologias e tecnologias de ensino diversificadas e que as escolas especiais não organizem propostas curriculares articuladas ao sistema público de ensino. Estamos argumentando em favor de uma inclusão real, que repense o currículo escolar, que efetive um atendimento público de qualidade.

De maneira a viabilizar o processo de construção do currículo para a Educação inclusiva, será necessário priorizar certos conteúdos, de acordo com o processo de aprendizagem do aluno. Quando necessário, introduzir, eliminar ou modificar algum objetivo, conteúdo ou atividade e, às vezes, faz-se necessário também modificar o tempo previsto para a consolidação dos objetivos propostos. Como já citamos, não fazendo com que venha empobrecer ou enfraquecer os conteúdos, mas focando nas diversidades existentes na turma e propiciando um desenvolvimento pleno de todos os alunos. Fonseca (1998, p. 53) afirma que:

[...] é necessário, também, ser mais perseverante na busca, na exploração de currículos alternativos, na estruturação de tarefas, na sequencialização de processos de informação, na implementação minuciosa de sistemas de reforço e de socialização.

As estratégias de adequação curricular podem incluir as modalidades de apoio que favorecem ou viabilizam a sua eficácia na educação dos alunos com necessidades especiais. O apoio tende a favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário. Pode-se considerar, ainda, a intensidade do apoio a ser oferecido, como se vê:

- Intermitente, se trata de apoio episódico, nem sempre necessário,

transitório e de pouca duração. Como exemplo, pode falar do apoio em momentos de crise, em situações específicas de aprendizagem;

- Limitado, se diz respeito ao apoio por tempo determinado e com fim definido. Como exemplo têm-se o reforço pedagógico para algum conteúdo durante um semestre, de um programa de psicomotricidade etc.;
- Extensivo, se refere ao apoio regular, em ambientes definidos, sem tempo limitado. Como exemplo temos o atendimento na Sala de Recursos ou de apoio psicopedagógico, atendimento itinerante;
- Pervasivo, é o apoio constante, com alta intensidade e longa duração, ou ao longo de toda a vida, envolvendo equipes e muitos ambientes de atendimento. Indicado para alunos com deficiências mais agravantes ou múltiplas deficiências.

O processo avaliativo é de suma importância em todos os âmbitos do processo educacional para nortear as decisões pedagógicas, exercendo um papel essencial nas adequações curriculares. A avaliação deve ser constante e diversificada. A decisão sobre a promoção deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adequações curriculares do aluno.

O processo de inclusão total ainda está muito longe de acontecer e se depara com muitas barreiras. As pessoas com algum tipo de dificuldade, das mais simples às mais complexas, são tratadas como se fossem vítimas. É preciso ver com outros olhos e começar a construir uma nova visão, um novo paradigma que considere que esses indivíduos são inteligentes e capazes de aprender. Devemos oportunizar, através de alternativas complementares ou técnicas, a esses sujeitos para que eles possam ir além e se afirmar como plenos na sociedade.

As adequações curriculares serão adotadas em diversos âmbitos da escola e somente se necessário ao aluno individualmente. Essas adequações priorizam a diversidade da comunidade escolar e deduzem que essa mudança irá significar igualdade de oportunidades educacionais para esses alunos, buscando uma escola

para todos. Cabe, então, aos professores serem os mediadores desse processo de ensino-aprendizagem, buscando meios de se chegar a um currículo embasado nas necessidades de nossos alunos, flexível sem que se perca a qualidade e voltado para todos, e que toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse processo.

O sistema educacional tem demonstrado dificuldades para atender às necessidades especiais dos alunos no ensino regular, principalmente os que possam necessitar de apoio para a educação. A flexibilidade do currículo regular pode não ser satisfatória para compensar as limitações reais desses alunos, mas ainda se faz necessária.

A formação docente é um dos aspectos a serem considerados para a consolidação da educação inclusiva nas escolas de ensino regular, além da análise da prática pedagógica dos professores, com o intuito de assegurar subsídios para melhorar o processo de ensino/aprendizagem e possibilitar alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Ou seja, uma formação capaz de oferecer condições para os docentes atuarem com todos os alunos, indistintamente, na sala de aula e em outros espaços dentro da escola.

No entanto, a preparação de uma escola para receber alunos para atendimento especial requer ações, programas e políticas públicas comprometidas com uma educação de qualidade e efetiva.

CAPÍTULO 3

A GEOGRAFIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: a Sala de Recursos Multifuncionais como apoio para o ensino de Geografia

É de suma importância ressaltar que, na inclusão escolar a Geografia, assim como outros componentes curriculares da Educação Básica, assume uma significativa relevância no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades e competências que permitam a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Vale ressaltar que, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira, a Geografia procura tornar o mundo compreensível para os alunos, fornecendo-lhes ferramentas para entender as interações entre as sociedades humanas e o meio ambiente. Isso envolve uma análise das relações entre os processos históricos, a formação das sociedades e as dinâmicas naturais.

A compreensão do lugar, do território e da paisagem são elementos fundamentais da Geografia, onde os alunos são incentivados a explorar e compreender como as características físicas, culturais, econômicas e políticas de um local estão interligadas e como elas influenciam e são influenciadas pelas ações humanas e pelas condições naturais.

Além disso, a Geografia busca capacitar os alunos a pensarem criticamente sobre questões globais, como mudanças climáticas, desigualdades sociais, migrações e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a disciplina não apenas busca explicar o mundo, mas também promover a consciência e a possibilidade de transformação para um futuro mais justo e equitativo.

Diante dos fatos mencionados, os sistemas educacionais deveriam assegurar adaptações de currículo, métodos e recursos, professores e profissionais especializados para cada deficiência, além de educação especial para o trabalho, com vistas a incluir o aluno no mercado de trabalho com condições competitivas para o desenvolvimento de suas capacidades, tendo ainda garantia de acesso ao ensino.

Segundo Milanesi (2012), os professores especializados que atendem em salas de recursos multifuncionais encontram algumas dificuldades para desempenhar seu trabalho, destacando que uma das grandes dificuldades é que as escolas não estão

preparadas para se tornarem ambientes inclusivos, seja devido a seu currículo que não compreende o contexto inclusivo ou até mesmo por limitações estruturais, tendo na Sala de Recursos um ambiente segregado dos demais.

A Geografia desempenha um papel fundamental no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de várias maneiras importantes:

- **Contextualização espacial:** A Geografia permite aos alunos com necessidades especiais entenderem o mundo ao seu redor em termos espaciais. Isso pode incluir compreender sua própria localização, a geografia física e humana de sua comunidade e do mundo mais amplo;
- **Promoção da compreensão do ambiente:** A Geografia ajuda os alunos a entenderem as interações entre o ambiente natural e as atividades humanas. Isso pode ser crucial para desenvolver uma consciência ambiental e compreender questões contemporâneas, como mudanças climáticas, uso de recursos naturais e conservação;
- **Inclusão social:** Ao estudar as características físicas e culturais de diferentes lugares, a Geografia promove a compreensão e a valorização da diversidade cultural. Isso pode ajudar a promover a inclusão social e a aceitação da diversidade em um contexto educacional;
- **Desenvolvimento de habilidades cognitivas:** O estudo da Geografia pode ajudar a desenvolver habilidades cognitivas importantes, como pensamento espacial, habilidades de leitura de mapas, raciocínio lógico e resolução de problemas;
- **Exploração de diferentes perspectivas:** A Geografia oferece uma variedade de perspectivas sobre questões globais e locais, o que pode ser especialmente importante para alunos com necessidades especiais, permitindo que eles compreendam diferentes pontos de vista e desenvolvam habilidades de pensamento crítico.

Assim, a integração com outras disciplinas como Ciências, História, Matemática e Literatura enriquece a experiência educacional dos alunos e proporciona diferentes maneiras de abordar conceitos e habilidades.

Neste contexto, é importante citar que a Geografia desempenha um papel essencial no Atendimento Educacional Especializado, fornecendo aos alunos

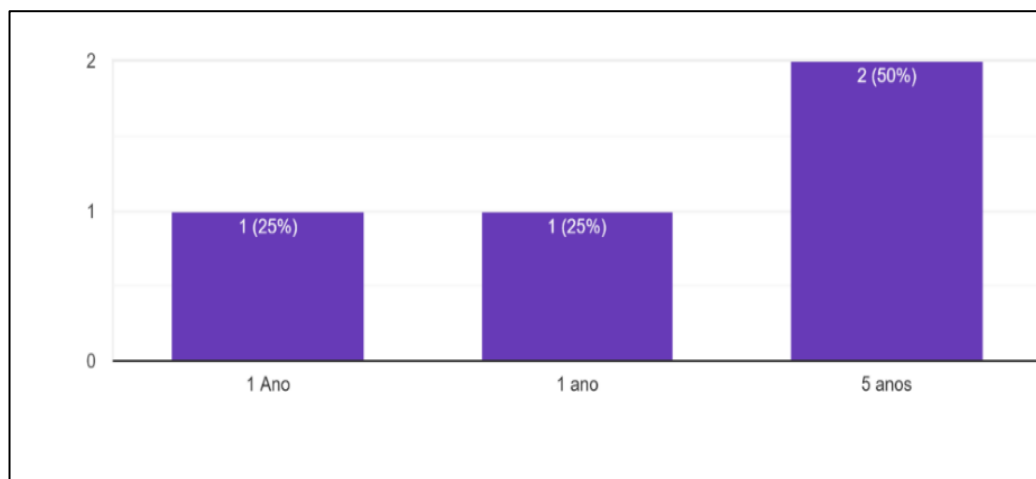
público alvo da educação especial oportunidades de aprendizado significativo e inclusivo, desenvolvendo habilidades cognitivas, promovendo a consciência ambiental e social e preparando-os para participar ativamente da sociedade.

3.1. O AEE em Ituiutaba/MG: conhecendo a realidade a partir do estudo de caso em escolas públicas estaduais

A partir de agora, pretende-se demonstrar os principais resultados da pesquisa realizada em quatro escolas estaduais, denominadas de escolas A, B, C e D. Os dados obtidos serão analisados a partir do referencial teórico sobre a Sala de Recursos multifuncionais, tendo como objetivo norteador analisar como são os atendimentos na Sala de Recursos, principalmente com materiais direcionados para a Geografia. E, para efeito didático e ético, as escolas e os profissionais contribuintes da pesquisa não serão identificados.

Iniciamos a pesquisa questionando os professores participantes da entrevista sobre o tempo de trabalho no Atendimento Educacional Especializado. E as respostas podem ser visualizadas no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Ituiutaba/MG: tempo de trabalho do professor no Atendimento Educacional Especializado, 2023



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Pode-se mencionar que o tempo necessário para trabalhar no Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode variar dependendo de vários fatores, incluindo as necessidades individuais dos alunos, a complexidade das deficiências ou

dificuldades de aprendizagem, os recursos disponíveis na escola e as diretrizes do sistema educacional.

Geralmente, o AEE é um serviço suplementar à educação regular, destinado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Os profissionais que trabalham nesse campo, como os professores de educação especial, podem passar parte do seu tempo atendendo alunos em sessões individuais ou em grupos pequenos, além de colaborar com outros membros da equipe escolar para desenvolver planos de ensino personalizados. É de suma importância garantir que os alunos recebam o suporte necessário para alcançar seu máximo potencial educacional, e isso pode exigir um compromisso flexível de tempo e recursos por parte dos profissionais envolvidos.

A segunda pergunta aos professores foi sobre a maior dificuldade que encontraram durante o tempo de atuação na Sala de Recursos Multifuncionais. As respostas podem ser visualizadas abaixo:

“Que as famílias aceite as diferenças de seu filho e reconheça a necessidade de buscar ajuda” (Professor participante 1, 2023).

“As famílias um pouco resistentes em relação aos atendimentos, E escolas com salas mal equipadas” (Professor participante 2, 2023).

“Falta de materiais concretos para ser trabalhado” (Professor participante 3, 2023).

“Falta de Orientação da Coordenação geral e materiais e orientações para trabalhar com adolescentes” (Professor participante 4, 2023).

Nota-se na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) que os profissionais podem enfrentar várias dificuldades, dependendo das necessidades específicas dos alunos e das circunstâncias da escola. Por outro lado, essas dificuldades requerem um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional, a busca de recursos alternativos, a colaboração com outros profissionais e o apoio da administração escolar para garantir que os alunos recebam o suporte necessário para alcançar seu potencial máximo.

Sobre o ensino de Geografia, os professores foram questionados em relação à frequência com que precisam buscar ou adaptar material geográfico para atender às necessidades dos alunos na Sala de Atendimento Educacional Especializado. As respostas encontradas foram quase unânimes ao dizer que sempre precisaram, como

pode ser visto nas falas destacadas abaixo:

“Sempre, cada aluno desenvolve no seu tempo por isso tenho que adaptar material de geografia para cada aluno separado, mediante seu desenvolvimento” (professor participante 1, 2023).

“Na maioria das vezes tem a necessidade de adaptação, pois a maioria dos alunos tem a necessidade de adaptação por não estarem no mesmo nível de ensino, tem que ser adaptado de acordo com a realidade de nível em que ele se encontra” (Professor participante 2, 2023).

“As aulas são diversificadas, sendo assim intercalo o conteúdo de geografia com os outros. Trabalhei com mapas, games que abordavam conteúdos básicos de geografia como localidades, cidades, estados e países, entre outros” (Professor participante 3, 2023).

Quando questionado sobre os principais obstáculos que ele enfrenta ao procurar por material geográfico adequado para alunos com necessidades educacionais especiais, as respostas foram diversas, como pode ser visto abaixo:

“Limitação de materiais concreto” (Professor participante 1, 2023).

“O principal é a falta de material nas escolas, muitas vezes temos que utilizar os próprios recursos, para que se possamos fazer o trabalho desejado” (Professor participante 2, 2023).

“Falta de material, falta de uma boa impressão colorida, pois necessitam de uma visualização boa e muitas vezes não tem nas escolas. E muitas vezes nosso trabalho fica a desejar um pouco por esses motivos” (Professor participante 3, 2023).

“Na sala recursos não tinha, somente alguns mapas na biblioteca, abordei mais em games” (Professor participante 3, 2023).

Os professores foram questionados sobre que tipo de recursos geográficos eles consideram mais desafiadores para encontrar ou adaptar para atender às necessidades específicas dos alunos. De acordo com as respostas, 50% dos participantes responderam que eram os materiais concretos, justamente pela falta de materiais e de recursos financeiros. 25% dos participantes elencaram o espaço geográfico, e os demais 25% os materiais que precisam ser adaptados para os deficientes visuais.

Também foi questionado como a disponibilidade limitada de material geográfico impacta no ensino de Geografia na Sala de Recursos Multifuncionais e, conseqüentemente, no Atendimento Educacional Especializado. As respostas estão elencadas abaixo:

“Frustra a capacidade do aluno poder viajar no processo de ensino/aprendizagem” (Professor participante 1, 2023).

“Dificulta muito o trabalho, temos que usar os espaços da escola para trabalharmos com os alunos, sobre espaço geográfico, usamos materiais recicláveis para o trabalho do AEE” (Professor participante 2, 2023).

“Muitas vezes fica um trabalho indesejável pelo professor” (Professor participante 3, 2023).

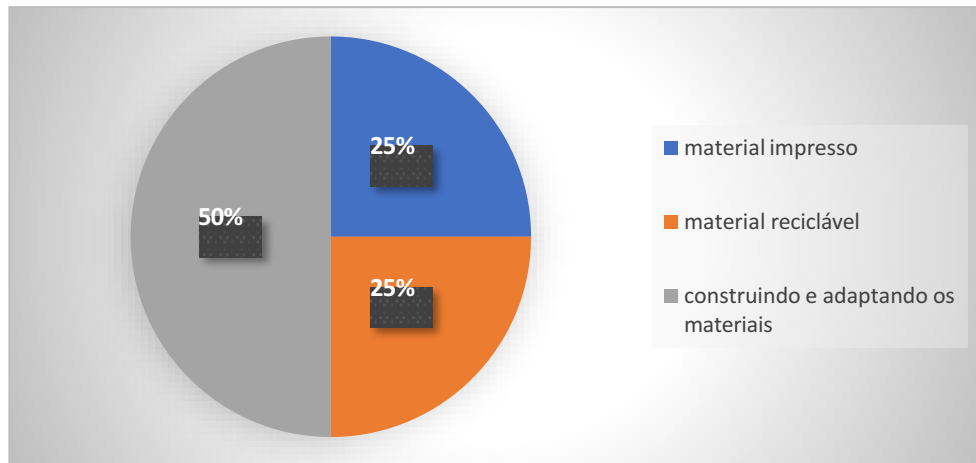
“Sim, deixamos de oportunizar várias formas de conhecimento aos alunos” (Professor participante 4, 2023).

Vale ressaltar como foi relatado pelas professoras que muitos recursos geográficos podem não estar adaptados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Isso pode incluir a falta de materiais em formatos acessíveis, como áudio, texto ampliado ou recursos táteis. Muito se entende que o conteúdo geográfico pode ser complexo e desafiador para os alunos com necessidades educacionais especiais compreenderem. Encontrar material que seja adequado ao nível de compreensão dos alunos pode ser difícil.

Os professores participantes também foram questionados se há uma falta de diversidade nos recursos geográficos adaptados para atender às diferentes necessidades dos alunos com deficiência. A maioria (75%) respondeu que sim, e apenas 25% disseram que acreditavam que sim, pois só tinham a experiência de onde trabalhavam no momento e não conheciam outras realidades de Salas de Recursos Multifuncionais.

Quando questionados sobre as estratégias ou soluções que utilizavam para superar a escassez de material geográfico adequado na Sala de Recursos Multifuncionais, as respostas foram diversas, como mostra o gráfico 2. É interessante destacar que na proposta de construção e adaptação dos materiais, um dos professores elencou vários exemplos, como *“Materiais de encaixe com mapas, letras emborrachadas com peso, recursos com velcro, livro adaptado; livro imantado e de madeira; jogo da velha adaptado e recursos pedagógicos adaptados para leitura, torre de equilíbrio entre outros”*. (Professor participante 4, 2023).

Gráfico 2 – Ituiutaba/MG: estratégias e soluções utilizadas pelos professores participantes para superar a escassez de material geográfico adequado na SRM, 2023



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Nas descrições acima, é visível a falta de adaptação e conteúdo geográfico na SRM, pois muitas vezes é o professor quem deve adaptar os materiais. Em suma, a frequência com que os professores precisam buscar ou adaptar material geográfico para atender às necessidades dos alunos na sala de atendimento educacional especializado pode variar dependendo de uma série de fatores, incluindo as necessidades individuais dos alunos, a disponibilidade de recursos e a colaboração com outros profissionais. O importante é garantir que os materiais sejam relevantes, acessíveis e adaptados às necessidades específicas dos alunos para apoiar seu aprendizado eficaz.

É fundamental a colaboração com outros profissionais, como especialistas em educação especial ou professores de Geografia, para ajudarem os professores a identificarem e desenvolverem materiais geográficos adequados para os alunos na sala de atendimento educacional especializado.

Ao serem questionados sobre como a falta de acesso a material geográfico de qualidade afeta o engajamento e aprendizado dos alunos com necessidades especiais na área de geografia, as respostas foram interessantes, como pode ser visto abaixo.

*“Dificulta o engajamento. Diminuindo a capacidade do estudante de aprender”
(Professor participante 1, 2023).*

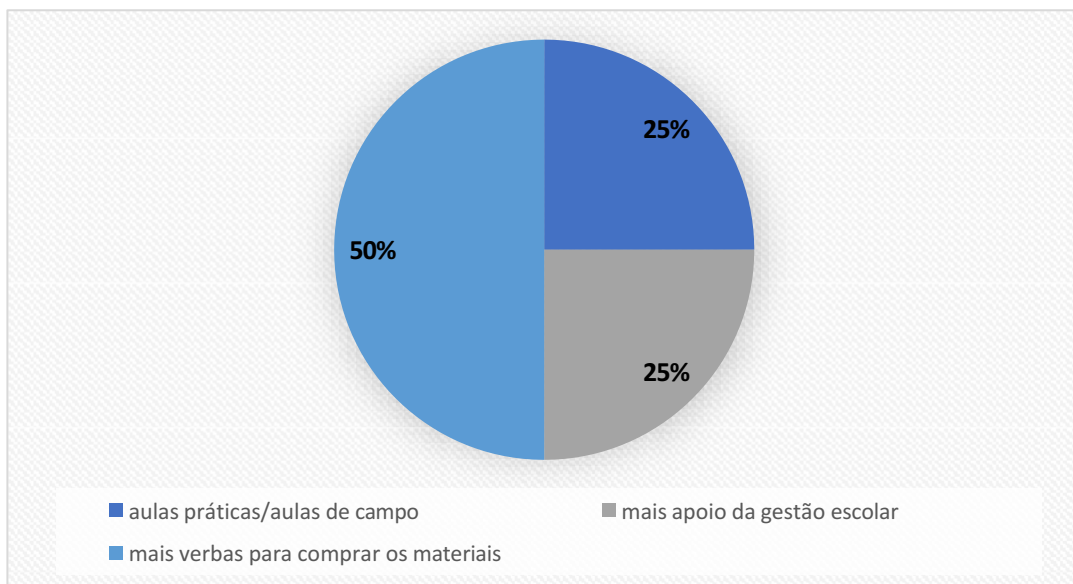
“Alguns alunos têm mais dificuldade na assimilação do conteúdo, mediante a dificuldade da adaptação do material fica mais limitado o processo de aprendizagem” (Professor participante 2, 2023).

“O aluno já possui uma dificuldade, então deve haver esses materiais para ser trabalhado a atividade primeiro para depois vir o exercício. Então deve haver o lúdico primeiro. Mas com a falta de material muitas vezes não é possível” (Professor participante 2, 2023).

“A falta de materiais deixa de oportunizar um aprendizado com equidade” (Professor participante 4, 2023).

Ao serem questionados sobre quais melhorias ou suportes considerariam mais úteis para facilitar o acesso a materiais geográficos adaptados, os professores também destacaram alguns pontos importantes, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Ituiutaba/MG: melhorias deveriam ser feitas para facilitar o acesso a materiais geográficos adaptados segundo os professores participantes, 2023



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Em virtude dos fatos mencionados pelos professores, a falta de acesso a material geográfico de qualidade pode criar barreiras significativas para o engajamento e o aprendizado dos alunos com necessidades especiais na área de geografia. Em contrapartida, promover um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz é essencial para garantir que o material geográfico seja adaptado às necessidades dos alunos e esteja acessível e significativo para eles.

Isso pode envolver a criação ou adaptação de recursos que atendam às diferentes habilidades e estilos de aprendizado dos alunos, bem como o uso de

tecnologias e estratégias pedagógicas adequadas. Pois os alunos com necessidades especiais podem enfrentar barreiras de acesso ao material geográfico, como textos complexos que não são acessíveis para leitura, mapas ou gráficos que não são compreensíveis para eles, ou recursos digitais que não são compatíveis com as tecnologias assistivas que utilizam.¹

Quando questionados se havia outra questão relacionada aos desafios de encontrar material geográfico na sala de atendimento educacional especializado que gostariam de compartilhar ou que não tenha sido abordada, apenas 25% dos entrevistados disseram que não. Mas 25% abordaram a questão da falta de recursos financeiros nos estabelecimentos de ensino; 25% mencionaram a necessidade de as atividades e recursos refletirem melhor a realidade do aluno; e 25% destacaram a necessidade de integrar os alunos com deficiência no cotidiano da sociedade em geral, para que eles possam se sentir pertencentes ao meio, já que “[...] *todos tem direitos de aprendizagem iguais*” (Professor participante 4, 2023).

Sob o mesmo ponto de vista, os professores e profissionais podem alcançar os objetivos de adaptar e utilizar recursos geográficos de forma a atender às necessidades individuais dos alunos na Sala de Recursos, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e significativo. Um deles é explorar o uso de tecnologia assistiva, como softwares de leitura de tela, aplicativos de mapeamento interativo e dispositivos de ampliação de tela, para tornar o material geográfico mais acessível para os alunos com necessidades especiais.

É de suma importância que, identificando as necessidades específicas dos alunos na Sala de Recursos, o professor possa envolver a realização de avaliações educacionais e observações para entender melhor as habilidades, interesses e desafios de cada aluno em relação ao conteúdo geográfico.

Dessa forma, deve-se procurar por recursos geográficos que sejam acessíveis e adequados para os alunos na Sala de Recursos. Deve também incluir livros didáticos adaptados, materiais audiovisuais, recursos digitais acessíveis e materiais táteis, conforme necessário.

¹ - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

3.2. Conhecendo as Salas de Recursos Multifuncionais das escolas

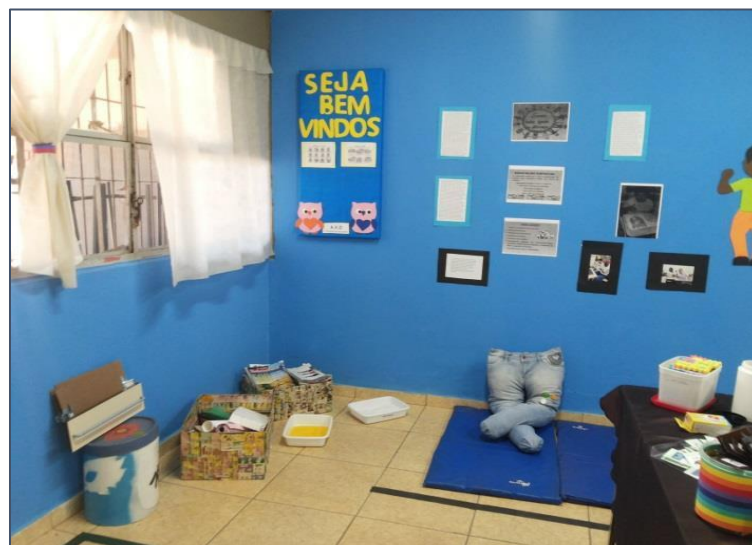
A escola fica localizada em um bairro que possui iluminação pública, rede de água e esgoto, asfalto e acesso ao transporte público, sendo o prédio bem estruturado. Atende do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio. A Sala de Recursos Multifuncionais (Figuras 1 e 2) possui jogos voltados para Geografia, os quais são trabalhados com os alunos em atendimento. Além disso, o professor utiliza o computador como recurso.

Figura 1 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola A, 2023



Autor: Baltazar Siqueira Macedo, 2023.

Figura 2 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola A, 2023



Autor: Baltazar Siqueira Macedo, 2023.

A escola B está localizada na área central norte e também é bem estruturada,

com iluminação pública, rede de água e esgoto. Atende do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, com períodos matutino, vespertino e também período integral.

Contudo, não possui uma sala de atendimento aos alunos, utilizando um espaço que não é adequado para a Sala de Recursos dentro da própria biblioteca, tendo em vista que, existe um fluxo de pessoas que entra e sai a todo momento, e outras atividades que os professores regente desenvolve na biblioteca como: leitura, pesquisa, utilizam outros recursos TV para passar filmes para turmas do integral e regular. (Figura 3). Pelo relato da bibliotecária, ela não atende os alunos e estes ficam no pátio sem atendimento na maioria das vezes.

Figura 3 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola B, 2023



Autor: Baltazar Siqueira Macedo, 2023.

A escola estadual C está localizada no setor Sul, também sendo bem estruturada, com iluminação pública, rede de água e esgoto. Atende do primeiro ano dos anos iniciais ao 2º Ano do Ensino Médio, com períodos matutino, vespertino e também período integral.

A Sala de Recursos Multifuncionais não possui jogos didáticos voltados para

Geografia. Quando são utilizados, recorrem ao computador como recurso. Porém, não foi registrado material como globo terrestre, mapas mundi ou atividades com material cartográfico na sala SRM (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Ituiutaba (MG): maquete feita de material reciclável, uma simulação de uma barragem de végetos, Sala de Recursos da Escola C, 2023



Autor: Baltazar Siqueira Macedo, 2023.

Figura 5 – Ituiutaba (MG): computador na Sala de Recursos da Escola C, 2023



Autor: Baltazar Siqueira Macedo, 2023.

A escola estadual D está localizada no setor Sul, também sendo bem estruturada, com iluminação pública, rede de água e esgoto. Atende do primeiro ano dos anos iniciais ao 2º Ano do Ensino Médio, com períodos matutino, vespertino e também período integral.

As atividades pedagógicas realizadas fazem parte de um processo de ensino e aprendizagem ricos em conceitos, bem como em recursos diferenciados ao longo do ano letivo. No entanto, percebe-se que falta muito material pedagógico geográfico. Como pode ser observado na foto abaixo, a sala tem uma aspecto de escritório, com poucos recursos pedagógicos disponibilizados visualmente. Neste sentido, recursos diversos, como mapas mundi, imagens de satélite, desenhos e escritas de textos, foram pouco utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais, dando prioridade às especificidades de língua portuguesa e matemática.

Figura 6 – Ituiutaba (MG): vista parcial da Sala de Recursos da Escola D, 2023



Autor: Baltazar Siqueira Macedo, 2023.

Estudar geografia não é menos importante do estudar as demais matérias específicas para a formação das pessoas para o exercício da cidadania. Damiani (2011, p. 50) afirma que “[...] a noção de cidadania envolve o sentido que se tem do lugar e do espaço, já que se trata da materialização das relações de todas as ordens próximas ou distantes”. Conhecer o espaço é conhecer a rede de relações a que se está sujeito, da qual se é sujeito.

Portanto, o ensino da geografia de fato acontece nas salas regulares, mas, está bem distante da realidade do aluno público-alvo da educação especial, e o professor

de apoio, que não tem uma formação específica na área de Geografia, enfrenta esse impasse. O professor de AEE, com todas as dificuldades na interação com o professor regente de aula, procura, dentro de suas limitações, fazer adaptações para que o aluno interaja no espaço escolar e o aprendizado aconteça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo que a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais em escolas comuns demanda a necessidade de políticas públicas melhores e também uma formação mais adequada para os profissionais da educação trabalharem com esses sujeitos. Responsabilidade que deve ser atribuída aos cursos de formação continuada e principalmente às políticas educacionais do governo federal brasileiro, que recomendam a inclusão, pois é o sistema educacional que deve adequar-se às necessidades deles, para um bom atendimento a essas crianças.

É importante ressaltar que o trabalho do professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá contar com a parceria de todos os envolvidos direta ou indiretamente na educação do aluno, viabilizada inclusive pela intersectorialidade de um trabalho em equipe que resguarda a especificidade de cada setor e segmento. Sem dúvida, o apoio técnico e financeiro do governo em todas as esferas é imprescindível. São muitas as barreiras a serem superadas para que a inclusão escolar aconteça no cotidiano das salas de aula e também fora dela, bem como as aquisições de recursos materiais pedagógicos adaptados para atender às necessidades e individualidades do aluno.

É preciso ousar e acreditar para poder superá-las. E é a partir da formação contínua do professor, pois, ao meu olhar, muitos deles não estão preparados para trabalhar com a inclusão, porque mudar tradições requer paciência, persistência e enfrentamento de resistências e limites. Infelizmente, não se pode afirmar hoje que a inclusão total está de fato nas escolas brasileiras e substituiu completamente o modelo da integração, processo parcial de inserção. Na maior parte do tempo, o professor separa esses alunos, nem tão pouco os conhece, nem mesmo as suas dificuldades no meio escolar.

Na presença de alunos com dificuldades de aprendizagem, o professor deverá adaptar e desenvolver competências específicas no ensino regular, o que não vem sendo implementado dentro do âmbito escolar. A falta de clareza quanto à responsabilidade pela efetivação e as identidades encontradas para concretizar o acesso ao ensino regular é grande, falta de informações aos escolares, familiares, inclusive aos educadores.

O Atendimento Educacional Especializado da Sala de Recursos nas escolas é essencial para que se possa conhecer melhor o aluno, suas necessidades, suas facilidades e dificuldades, ter um contato direto com a família e também desenvolver com ela um trabalho integrado.

Além disso, o AEE, através do profissional de apoio na perspectiva do conhecimento geográfico e interdisciplinar, pode e deve contribuir com o trabalho de todos, dando orientações, trabalhando de forma conjunta com os outros profissionais da escola, criando e contribuindo com propostas ricas de trabalho, possibilitando assim a inclusão dos alunos na escola. Mas, infelizmente, na maior parte do tempo, não é vista a importância desse trabalho do professor da Sala de Recursos.

Para fazer as análises na Sala de Recursos, foi necessário agendar horários de atendimento com professores. A sala em algumas escolas tem espaço bem reduzido, isso causa um certo desconforto, implicando na aprendizagem do aluno. Tive resistência na aceitação e desenvolvimento do trabalho nos espaços internos de algumas escolas por parte dos gestores, uma vez que algumas escolas não tinham sala de AEE.

Observei durante a pesquisa em nas Salas de Recursos que os professores encontram grandes dificuldades em ter recursos e materiais pedagógicos à sua disposição para adaptar e trabalhar em sala, que muitas vezes a escola não fornece materiais pedagógicos necessários. Outra grande dificuldade para o desenvolvimento pleno do trabalho da pesquisa, destaco a falta de integração e diálogo entre o professor Sala de Recursos e componentes específicos com as demais atividades da escola (conselho de classe, planejamento, trabalho pedagógico) não houve diálogo.

No entanto, os professores regentes têm pouca ou quase nada de formação e capacitação na perspectiva da educação inclusiva. Às vezes, o professor se sente só, enfrentando todo um sistema que na teoria muito se discute em inclusão efetiva, mas na prática há muito a ser feito. Por fim, acreditamos que a pesquisa é uma forma de verificar e investigar uma temática, e a partir dela encontrar soluções.

Adquiri experiências notáveis. Os professores, mesmo com os poucos recursos e disponibilidade de tempo, compartilharam os materiais adaptados, compartilharam suas angústias, ansiedade e a vontade de fazer o melhor. Compreendi que uma escola inclusiva é muito mais do que adaptar materiais geográficos na sua

individualidade, vai além do espaço escolar, além de uma boa gestão, é ter uma política educacional inclusiva efetiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADINA. Secretaria Municipal de Educação. **Resolução SME nº. 85/2010**. Dispõe sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais e institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica da rede pública municipal de Andradina, na modalidade Educação Especial. Andradina, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Portaria Normativa nº13, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília. **Diário Oficial**, 26 de abril de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. **Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

_____. **Lei nº 8.069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jul. de 1990.

_____. **Lei nº 9394**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. In: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. 2008.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica**.

Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Estratégias Para a Educação de Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (5ª a 8ª séries). Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156 p.
CAT. Comitê de Ajudas Técnicas. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Brasília, 2007. **Ata da Reunião VII**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas.doc>. Acesso em: 30 out. 2017.

DAMIANI, A. L. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS A. F. A. (org.). **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 50 - 61.

FÁVERO, A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais. In: FÁVERO, A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado**: aspectos legais e orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2007. p. 25 - 42.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar**: O que? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MACHADO, Katia. OLIVEIRA, Eloiza de. Educação Inclusiva com ênfase em Deficiência Intelectual". Belo Horizonte: Núcleo de Capacitação da Escola Estadual Pestalozzi, 2016.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 320 p.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

REIS, Nivânia M. M. Mini curso de introdução a Tecnologia Assistiva. In: III Seminário Internacional da Sociedade Inclusiva, 2004, Belo Horizonte - MG. **Anais**. III Seminário da Sociedade Inclusiva, 2004.

RODRIGUES, D. **Perspectiva sobre a inclusão**: a educação à sociedade. São Paulo: Porto, 2003.

RUIZ, Robert. As adequações curriculares e o Projeto de Educação do Centro Educacional. In: COLL, César *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação**:

necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado deficiência visual**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1. Quanto tempo você trabalha no (AEE) Atendimento Educacional Especializado?
2. Quanto tempo você trabalha na sala de SRM (Sala de Recursos Multifuncionais)?
3. Qual a maior dificuldade que você já encontrou durante todo esse período de atuação no SRM (Sala de Recursos Multifuncionais)?
4. Em relação ao conteúdo de Geografia, com que frequência você precisa buscar ou adaptar material geográfico para atender às necessidades dos alunos na sala de atendimento educacional especializado?
5. Quais são os principais obstáculos que você enfrenta ao procurar por material geográfico adequado para alunos com necessidades educacionais especiais?
6. Que tipo de recursos geográficos você considera mais desafiadores para encontrar ou adaptar para atender às necessidades específicas dos alunos?
7. Como a disponibilidade limitada de material geográfico impacta o ensino de geografia na sala de atendimento educacional especializado?
8. Você acha que há uma falta de diversidade nos recursos geográficos adaptados para atender às diferentes necessidades dos alunos com deficiência?
9. Quais estratégias ou soluções você utiliza para superar a escassez de material geográfico adequado na sala de atendimento educacional especializado?
10. Como a falta de acesso a material geográfico de qualidade afeta o engajamento e aprendizado dos alunos com necessidades especiais na área de geografia? De que maneira?
11. Que melhorias ou suportes você acredita que seriam mais úteis para facilitar o acesso a materiais geográficos adaptados?
12. Há alguma outra questão relacionada aos desafios de encontrar material geográfico na sala de atendimento educacional especializado que você gostaria de compartilhar ou que não tenha sido abordada?